

Aberto o debate sobre a representatividade sindical

A DS/Santos volta a debater com os colegas a questão da representatividade sindical, considerando-se que estamos iniciando a nossa campanha por reajuste salarial e que é flagrante a ausência de AFRFs ativos e aposentados às assembleias nacionais e demais eventos sindicais. Em Santos várias assembleias foram canceladas nos últimos tempos, devido à inexpressiva presença de associados.

Protesto: Por trás desta ausência esconde-se o protesto. Sabe-se que muitos colegas não participam das assembleias por não concordar com a postura adotada pela Diretoria Executiva Nacional de nosso Sindicato nos últimos anos. Entre as várias críticas de nossos associados, destacam-se os tendenciosos encaminhamentos e indicativos propostos, que acabam não permitindo a expressão fiel da vontade da categoria.

Em nível nacional, temas de valiosíssima importância são deliberados por menos de 10% dos AFRFs integrantes da carreira, como por exemplo, a decretação de movimentos grevistas. É preciso repensar o nosso modelo de representatividade

sindical.

A DS/Santos estimula esse debate com vistas a levar ao próximo Conselho de Delegados Sindicais, a se realizar em março, as contribuições de Santos para que o Sindicato seja efetivamente representativo, de modo a não se desvirtuar e se afastar mais e mais da base, que somos todos nós.

Idéia: No último dia 8, o colega santista Antonio Russo Filho postou uma mensagem (nº 11192) no Espaço do Auditor, da página do Unafisco na internet, intitulada "Voto virtual", a qual reproduzimos a seguir. O auditor já havia se manifestado sobre o tema em assembleia realizada no dia 7 de outubro. Na oportunidade foi deliberado por unanimidade o encaminhamento da proposta para a Diretoria Executiva Nacional, a qual ficou sem uma resposta oficial. Desde que o colega apresentou sua opinião, o Espaço do Auditor recebeu mais de 300 manifestações defendendo o voto virtual. E na última assembleia, foi tema em diversas localidades Brasil a fora, gerando inclusive diversas manifestações, conforme se pode conferir nas últimas edições do *Boletim*

Voto virtual? Quem tem medo?

“Lembro de quando surgiu o SISCOMEX em 1993. Alguns colegas achavam que o computador seria o bicho papão dos AFRFs, que seriam obrigados a aprender informática depois de velhos e não acreditavam na eficiência do sistema. Hoje podemos afirmar que isso é uma realidade perfeitamente assimilada pela categoria e, mesmo que se critiquem os parâmetros de seleção e outros aspectos do programa, convivemos e nos adaptamos na modernização irreversível.

Em janeiro último, quando o nosso presidente da DEN esteve em Santos para a divulgação de seu projeto para reivindicação de aumento salarial baseado em estatísticas, discuti a implementação do voto virtual e percebi a sua total aversão a essa idéia, fato que me lembrou os colegas antigos (alguns já falecidos) da época do início do SISCOMEX. Será que ele tem medo do “voto virtual”? Por quê?

Acho que Carlos André, como um representante de classe eleito por uma maioria em um processo democrático, deveria procurar, prioritariamente, o “consenso” e a unanimidade, mas, quando isso não é possível, e essa é a situação mais provável em nossa categoria, deve em qualquer situação considerar a “opinião da maioria”, exceto se ele não coadune com os preceitos e ideais da democracia. Somente dessa maneira ele poderá sentir-se fortalecido, sempre que necessários um posicionamento ou uma

tomada de decisão em nome do sindicato junto à administração da SRF e assim, posteriormente, caso não atendidas as nossas reivindicações, terá condições morais de exigir o respaldo de todos os membros da categoria no cumprimento do compromisso assumido pelo seu líder.

Mesmo com esses argumentos, percebi que Carlos André não é favorável ao voto virtual, alertei que as últimas decisões das assembleias, quando estava em votação a MP da Super Receita, não representavam a vontade da maioria, pois a presença era pífia e a representatividade não era universal, tanto que os movimentos grevistas foram fracos ou inexistentes e sem uma unanimidade nacional.

Sem o voto virtual nossas assembleias continuarão a decidir sobre indicativos apresentados pelo Sindicato e votados por uma minoria não representativa. Quero exemplificar algumas situações que presenciei aqui em Santos: ativos votando pela contratação de advogados para tratar de interesses de aposentados, quando o custo e o possível benefício seriam apenas dos litigantes; aposentados decidindo por greve ou operação padrão; enfim, esse tipo de incoerência ou inexistência de vínculo do fato com a opinião pessoal.

Sou uma pessoa que preza pelos princípios democráticos e não quero dizer que decisões de assem-

mas seriam “moralmente” aceitáveis como instrumentos para, em caso de necessidade de agir exigir-se o seu cumprimento?

Frente à resistência de nosso presidente sindical, sugeri então que, ao invés da validação do voto virtual, ao menos seja desenvolvido um sistema de pesquisa de opinião, dentro da área restrita de nosso sítio na internet, para que, mesmo sem ter a “força legal” de nossas assembleias, pudesse respaldar o nosso líder no seu posicionamento representativo, tanto nas reuniões com a administração como em qualquer situação, inclusive junto à imprensa para a divulgação de nossos trabalhos, das reivindicações ou das deliberações da categoria. Outra aplicação desse sistema seria a possibilidade da discussão e sugestão dos indicativos para a votação presencial das assembleias,

considerando que a maioria dos AFRF não pode ou não quer comparecer nessas reuniões, o que não significa que não tenha o conhecimento ou arbítrio para o seu posicionamento perante os assuntos de interesse da categoria.

Enfim, uso da internet já é uma “necessidade” da classe, existe tecnologia para a garantia da confiabilidade e sigilo das informações, perto de 100% dos AFRF tem possibilidade de acesso ao computador, então por que não “tentar”, pelo menos? Será que os nossos representantes não querem saber de nossa opinião? Acreditam que podemos ser manipulados ou influenciados pelo clima da assembleia, mudando no momento do voto nossas convicções? Ou será que têm medo?”

** Antonio Russo Filho, AFRF da Alfândega do Porto de Santos.*

Recursos modernizaram SRF em Santos. Falta agora reajuste salarial

A Secretaria da Receita Federal recebeu em 2005, em nível nacional, recursos da ordem de R\$ 390 milhões para modernização do chamado material permanente: mesas, cadeiras, computadores, notebooks, etc. O montante é proveniente do Plano de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA) e representa mais do que o acumulado de recursos para investimento no órgão nos últimos oito anos.

A Delegacia da Receita Fe-

deral e a Alfândega de Santos estão entre as que mais receberam recursos no Estado de São Paulo, graças ao empenho da administração local que fez gestões para a destinação do montante necessário com vistas a tornar o ambiente de trabalho no órgão confortável e funcional. O resultado já pode ser percebido em nosso dia-a-dia de trabalho. DRF e Alfândega já estão com novos computadores, notebooks, impressoras, coletes à prova de bala e fragmentadoras de

4

novas viaturas e o projeto básico da nova sede própria da Delegacia, que aguarda a licitação da obra, provavelmente em 2006. Na Alfândega, os servidores já contam também com novas cadeiras e mesas e 16 viaturas.

“Conseguimos fazer praticamente 99% do que gostaríamos na DRF com tais recursos”, avalia Carlos Vinício Nacif, delegado da DRF de Santos.

Em nível nacional, a SRF estava realmente sucateada e, ao que tudo indica, a situação começou a mudar, pelo menos no que diz respeito à estrutura. Mas há pontos ainda a serem corrigidos para que a Receita Federal se torne, efetivamente, um órgão de excelência. É preciso, antes de mais nada, investir no corpo funcional e isso passa, necessariamente, pela questão salarial.

Há anos o governo adotou a perniciosa prática das gratificações que quebram a paridade, tornam a remuneração do auditor variável e dependente de critérios de avaliação nem sempre objetivos, e ainda não recompõem o que anualmente vem sendo perdido para a inflação.

A categoria vem amargando, ano a ano, a perda de poder aquisitivo com conseqüente queda no seu padrão de vida, quando tem trabalhado ainda mais, como a própria Administração admite a partir da divulgação do resultado da arrecadação.

Os AFRFs têm direito e merecem receber um salário condizente com a atividade que desenvolvem, a

qual além de complexa apresenta grande responsabilidade.

Até mesmo a administração local concorda e apóia os nossos pleitos. “A reivindicação salarial é justa”, afirmou o inspetor da Alfândega de Santos, José Guilherme Vasconcelos. “Há espaço para um aumento salarial”, declarou Nacif.

A DS/Santos conclama a todos os colegas a engrossarem o coro em favor do reajuste salarial e a aprofundar as discussões sobre a forma de mobilização mais eficiente para fazermos a Receita Federal perceber que falta, agora, olhar seriamente para os nossos salários. O aspecto físico está ficando condizente com a importância do órgão, mas há que se cuidar do espírito da SRF, de seu corpo funcional, que lhe dá vida.



Mensagem:

“Amigos verdadeiros são para sempre porque... não importa a distância, no coração estarão sempre perto.”

Autora: Alessandra S. L. Nascimento

Expediente: publicação produzida pela diretoria da DS/Santos, biênio 2005/2007.
Secretário de Comunicação: Wellington Clemente.
Jornalista e editora: Kelly Carlisano (MTb: 29.279).